

**Luta pela Paz
(Anteriormente denominada
Associação Luta pela Paz)**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Diretores e Administradores da
Luta pela Paz (anteriormente denominada "Associação Luta pela Paz")

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luta pela Paz ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Imóvel doado pela ONG Viva Rio

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio, situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização de transferência de titularidade de sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel, mas até esta data essa regularização não foi finalizada. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2018

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.



Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

LUTA PELA PAZ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.725	970.991
Títulos e valores mobiliários	4	745.877	920.758
Caixa restrito	4	437.865	198.897
Títulos e valores mobiliários restritos	7	775.243	1.203.141
Adiantamentos diversos		28.738	47.791
Total do ativo circulante		<u>2.036.448</u>	<u>3.341.578</u>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários restritos	4	1.569.331	-
Imobilizado	5	472.855	486.609
Total do ativo não circulante		<u>2.042.186</u>	<u>486.609</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>4.078.634</u>	<u>3.828.187</u>
<u>PASSIVOS</u>			
CIRCULANTE			
Lei de Incentivo ao Esporte	7	774.808	1.203.141
Proventos e encargos sociais a pagar	6	2.185.648	1.511.679
Outros passivos		8.794	71.637
Total do passivo circulante		<u>2.969.250</u>	<u>2.786.457</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	9	1.041.730	2.035.497
Superávit (déficit) do exercício		67.654	(993.767)
Total do patrimônio líquido		<u>1.109.384</u>	<u>1.041.730</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.078.634</u>	<u>3.828.187</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas com doações	11	6.695.786	6.291.199
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	12	(3.170.603)	(3.757.692)
Despesas com projetos	13	(3.458.834)	(3.636.211)
Despesas com depreciação	5	(80.685)	(62.863)
		<u>(14.336)</u>	<u>(1.165.567)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(14.336)	(1.165.567)
Resultado financeiro, líquido	14	<u>81.990</u>	<u>171.800</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u><u>67.654</u></u>	<u><u>(993.767)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	2.035.497	(993.767)	1.041.730
Incorporação do déficit do exercício anterior	(993.767)	993.767	-
Superávit do exercício corrente	-	67.654	67.654
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>1.041.730</u>	<u>67.654</u>	<u>1.109.384</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em reais - R\$)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (déficit) líquido do exercício		67.654	(993.767)
Ajustes ao superávit (déficit) líquido do exercício:			
Depreciações	5	80.685	62.863
Provisões		688.341	320.321
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(141.949)	184.285
Outras transações		1	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Adiantamentos diversos		19.053	(18.416)
Outros ativos circulantes		-	1.341
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Lei de Incentivo ao Esporte	7	(428.333)	42.192
Proventos e encargos sociais a pagar		(14.372)	(16.779)
Outros passivos circulantes		(62.843)	(20.878)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais		<u>208.237</u>	<u>(438.838)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários		(824.603)	1.657.059
Caixa restrito		(238.968)	(195.843)
Adições ao imobilizado	5	<u>(66.931)</u>	<u>(67.355)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(1.130.503)</u>	<u>1.393.861</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(922.266)</u></u>	<u><u>955.023</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	970.991	15.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.725	970.991
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(922.266)</u></u>	<u><u>955.023</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUTA PELA PAZ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luta pela Paz ("Entidade" ou "Luta pela Paz" e anteriormente denominada "Associação Luta pela Paz") origina-se de um projeto criado em 2000 na ONG carioca Viva Rio, pelo pesquisador inglês e ex-lutador de boxe Luke Dowdney. Graças ao sucesso e ao crescimento da Luta pela Paz no Rio de Janeiro, o projeto tornou-se independente da ONG Viva Rio no ano 2007, estabelecendo-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, regido por seu estatuto social e pela legislação em vigor, com prazo de duração indeterminado. A Entidade é mantida através de doações espontâneas e tem como objetivo proporcionar a crianças e jovens moradores do Complexo da Maré (um complexo de 17 favelas na cidade do Rio de Janeiro) uma alternativa de vida distante da violência armada e do crime. Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do nome da Entidade de Associação Luta pela Paz para Luta pela Paz.

A sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desse imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 tem um total de 49 funcionários (60 em 31 de dezembro de 2016) e beneficia diretamente mais de 1.600 jovens todos os anos (informações não auditadas).

A metodologia da Entidade é oferecida aos jovens membros das academias no Rio de Janeiro por meio de vários serviços e através dos projetos descritos abaixo:

Projeto Atletas da Paz

O projeto Atletas da Paz integra atividades esportivas de Boxe & Artes Marciais com aulas de Cidadania, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, com faixa etária entre 7 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré. Complementando estas atividades, a Luta pela Paz também oferece o acompanhamento psicossocial dos jovens, identificando suas necessidades particulares e encaminhando-os para atendimento especializado.

Através da coleta sistemática de informações dos jovens, a equipe da Luta pela Paz consegue diagnosticar o engajamento dos jovens nas diferentes atividades do projeto, maximizando o impacto no desenvolvimento dos mesmos. Questionários, entrevistas e grupos focais são aplicados para analisar o impacto das iniciativas em questões-chave relevantes para o crescimento dos beneficiários e o resgate da cidadania.

- Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 1.259 (informação não auditada)

Projeto Novos Caminhos

Iniciado em 2009, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 16 a 29 anos de idade, que estejam há mais de 2 anos fora da escola, sem qualquer tipo de qualificação ou emprego - um público socioeconomicamente vulnerável e marginalizado.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece o conteúdo do Ensino Fundamental através de aceleração escolar, certificando-os através de parceria com entidade educacional privada ("Colégio Daltro"). Além disso, são oferecidos também: orientação profissional e capacitação técnica, aulas de cidadania e o acompanhamento individual de mentores.

Ao completarem o ciclo de formação no ensino fundamental, os jovens que ingressaram no projeto têm garantida a formação educacional básica, a partir da qual podem continuar seus estudos (ensino médio e/ou técnico) e construir novas opções de vida.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 63 (informação não auditada).

Projeto Reforço Escolar

Iniciado em 2016, o projeto tem como foco acessar e engajar jovens com idade entre 10 a 15 anos de idade, que estejam matriculados na rede pública de ensino fundamental em escolas da Maré e apresentem dificuldades de aprendizado ou alto risco de evasão do sistema educacional.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece atividades suplementares à educação formal, focando em conteúdo de linguagens e raciocínio lógico a partir de abordagens lúdicas e inovadoras, buscando ressignificar a relação deles com a Educação, prevenindo/mitigando o risco de evasão e melhorando o desempenho escolar (notas e/ou progressão seriada). Além destas atividades, os jovens têm também garantido o acompanhamento individual realizado pela equipe multidisciplinar de suporte social, que também realiza um trabalho de engajamento e acompanhamento da família.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 60 (informação não auditada).

Projeto Especial

O "Projeto Especial" é uma iniciativa-piloto, que visa trabalhar com jovens em profunda vulnerabilidade socioeconômica e risco social. O objetivo final do projeto é afastá-los dos elementos de vulnerabilidade, encaminhá-los para o mercado de trabalho e oferecer-lhes acesso à educação, construindo, assim, um caminho sustentável para o futuro. O sucesso do projeto será progressivamente atingido por meio de uma combinação de métodos intensivos de acompanhamento e apoio individual, bolsas, cursos rápidos de educação e acesso a empregos formais de maneira a estabelecer uma saída de longo prazo aos participantes.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 13 (informação não auditada).

Além destes projetos centrais, a Luta pela Paz também desenvolve outras ações pontuais, oriundas de financiadores específicos. A saber:

Lei de Incentivo ao Esporte - Projeto "Campeões Comunitários"

O projeto 'Campeões Comunitários', iniciado em agosto de 2016, e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, tem como objetivo principal oferecer aulas de diferentes modalidades (Boxe, Judô, Taekwondo e Muay Thai) para crianças e jovens do Complexo da Maré em três locais (Sede, Baixa do Sapateiro e Marcílio Dias) com previsão de atendimento de 620 beneficiários ao longo de um ano.

Através da realização destas atividades, objetiva-se:

- i. Promover o bem-estar físico dos participantes do projeto através dos treinos esportivos.
- ii. Promover o bem-estar emocional e autoconfiança dos participantes do projeto através das atividades esportivas e de cidadania.
- iii. Promover o respeito às diferenças e aos semelhantes, através das atividades de cidadania.
- iv. Garantir a satisfação dos participantes do projeto com as ações desenvolvidas.

Crianças e jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 994 (informação não auditada).

Programa de Treinamento Nacional - REDE BRASIL

O Programa de Treinamento Nacional (REDE BRASIL) é uma iniciativa financiada pela Child Fund. Seu objetivo principal é trazer para o país o trabalho bem-sucedido já desenvolvido pela equipe de treinamento internacional (através do Global Alumni Programme) para organizações brasileiras. O programa consiste em uma semana de treinamento intensivo das equipes das organizações na metodologia de trabalho da Luta pela Paz ("Cinco Pilares") e em princípios de desenvolvimento organizacional - realizado na própria sede da organização (na Maré) - além de um ano de acompanhamento presencial e à distância. Em sua primeira edição, foram selecionadas 7 organizações de 5 estados brasileiros diferentes, a partir de uma triagem dos cenários onde o impacto da violência e do crime sobre a vida de crianças e jovens estava em trajetória ascendente expressiva - de acordo com as evidências de estudos e estatísticas.

- Crianças e jovens indiretamente beneficiadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: Aproximadamente 4.000 (informação não auditada) - incluem-se aqui aqueles participantes das organizações treinadas.

Projeto "Na Ativa"

Iniciado em 2016, o projeto tem como objetivo engajar jovens de 16 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré e que estejam desempregados e/ou sem qualificação profissional formal para possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas num modelo de consultoria de recrutamento & seleção.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece aulas em três módulos diferentes de treinamento (básico, específico e técnico), em suas instalações, inserindo os jovens num ambiente profissional e com regras específicas de participação. Os cursos têm duração variada, de 3 meses a 1 ano, e são acompanhados de atividades de orientação vocacional, para elaboração de plano de carreira. Ao término da formação, os concluintes são encaminhados para oportunidades de emprego captadas junto à rede de parceiros/empresas da Luta pela Paz, que trabalham em conjunto com a organização para levantar demandas de mão de obra profissionalizada. Uma vez inseridos, os jovens são acompanhados regularmente pela equipe da Luta pela Paz, em conjunto com os representantes das empresas contratantes, visando garantir sua retenção e crescimento no ambiente de trabalho.

- Jovens atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017: 155 (informação não auditada).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Assembleia dos Associados em 04 de outubro de 2018.

2.1. Reapresentação dos saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas na presente data com o objetivo de melhor apresentação dos efeitos de rendimentos de títulos e valores mobiliários apresentados ajustes ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2016 de acordo com os requerimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa:

	Publicado 2016	Ajustes	Reapresentado 2016
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	184.285	-368.570	-184.285
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) pelas atividades operacionais	-438.838	-368.570	-807.408
Títulos e valores mobiliários	1.657.059	368.570	2.025.629
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.393.861	368.570	1.762.431

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são resumidas como segue:

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pela Entidade, a Administração adota julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada.

Provisões para riscos

As provisões para ações judiciais e demais assuntos que envolvam expectativa de desembolso futuro de caixa são estimadas pela Administração em conjunto com seus consultores legais externos, considerando o provável desfecho da discussão em termos de desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para a Entidade. A Entidade está ciente de sua exposição ao risco de ser acionada judicialmente.

Vida útil dos ativos imobilizados com vida útil definida

A depreciação é estimada a fim de depreciar o custo de ativos imobilizados, com exceção dos imobilizados em andamento, utilizando as suas vidas úteis estimadas, pelo método do cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base em experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisadas anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, e são avaliados com base no custo amortizado.

Ativo financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da sua contratação sem risco de perda significativa de valor.

Títulos e valores mobiliários restritos

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos da Lei de Incentivo ao Esporte, são apresentados nas seguintes rubricas: (i) "Títulos e valores mobiliários restritos", representados pelos recursos obtidos dos projetos ainda não iniciados ou não liberados para utilização pelo Ministério do Esporte, e (ii) "Caixa restrito", representado pelos recursos já liberados pelo Ministério do Esporte, mas cuja utilização deverá ocorrer após o prazo de 90 dias, conforme previsto no orçamento do projeto.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

e) Apuração do superávit (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas. Estas doações e contribuições são usualmente contabilizadas quando recebidas em virtude da impossibilidade de precisão dos valores e das datas de seu recebimento e são aplicadas nos projetos que a Entidade desenvolve (nota explicativa nº 1).

Doações e convênios vinculados

As doações recebidas vinculadas ao projeto Lei de Incentivo ao Esporte, são registradas quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade e são reconhecidas como passivo, sendo apropriadas ao resultado à medida que transcorra o prazo e a execução dos compromissos assumidos em contrapartida ao recebimento das doações e de convênios.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de benfeitorias em propriedade de terceiros (imóvel doado em processo de regularização legal) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e outros custos para colocar o imóvel em condição necessária para a operação da Entidade.

A depreciação é reconhecida no resultado utilizando o método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Em 2017, a Entidade revisou a estimativa de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado concluindo pela não necessidade de ajustes nas estimativas da vida útil. As vidas úteis estimadas pela Administração são as seguintes:

- Móveis e utensílios - 10 anos.
- Máquinas e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de informática - 5 anos.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos.
- Instalações - 5 anos.
- Veículos - 5 anos.

A vida útil estimada para benfeitorias em imóveis de terceiros considera a premissa da regularização pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da doação do imóvel sede da ONG Viva Rio para a Luta pela Paz.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

h) Provisões e passivos circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Entidade em virtude do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas da seguinte forma: (i) para causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como provável, são constituídas provisões; (ii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas; e (iii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Entidade, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

j) Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no exercício atual e nem em exercícios anteriores.

- Modificação aos IAS 7/CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.
- Modificações aos IAS 12/CPC 32 – Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) – Modificação aos IFRS 12/CPC 45 – Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12/CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5/CPC 31.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017.

Como parte do compromisso de o CPC adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas "International Financial Reporting Standards - IFRS", certas alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, editadas pelo CPC que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2017. Os principais pronunciamentos contábeis que sofreram modificações estão descritos a seguir:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros¹ - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de "impairment" para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Exceto por requerimentos de divulgação, a Administração entende que essa nova norma não afetará materialmente as demonstrações financeiras da Entidade, considerando que as receitas de doações são recebidas à vista, não gerando, portanto, valores de contas a receber para a Entidade nos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e que a Entidade não utiliza de instrumentos derivativos.
- IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (1) - A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. Exceto por requerimentos de divulgação, a Administração entende que essa nova norma não afetará materialmente as demonstrações financeiras da Entidade, visto que a receita é registrada após o recebimento líquido das doações de pessoas físicas e jurídicas, sem contrapartida de entrega de produtos ou de prestação de serviços para essas partes. Todos os recursos são aplicados nas atividades descritas na nota explicativa nº 1
- IFRS 16/CPC 6 (R2) - Arrendamento Mercantil (2) - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros na visão dos arrendatários, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços dos arrendatários. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações. A Entidade está em processo de avaliação do impacto que esta nova norma poderá ter nas demonstrações financeiras.

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida

Adicionalmente, a Entidade entende que as seguintes alterações em normas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Luta Pela Paz ou não são aplicáveis às suas operações.

- IFRS 17 – Contratos de seguros – em vigor a partir de 01/01/2021;
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – em vigor a partir de 01/01/2018;
- Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28/IAS 40) – em vigor a partir de 01/01/2019;
- ICPC 21/IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – em vigor a partir de 01/01/2018;
- IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – em vigor a partir de 01/01/2019; e
- Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – em vigor a partir de 01/01/2019.

A adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CAIXA RESTRITO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RESTRITOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	7.158	10.569
Aplicações financeiras	41.567	960.422
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>48.725</u>	<u>970.991</u>

Os recursos existentes de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 são decorrentes de doações efetuadas aos projetos sociais a serem utilizados nos gastos correntes das operações da Entidade.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, que são de grande liquidez e prontamente conversíveis em montantes conhecidos de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão em fundo de investimento "Bradesco FIC FI Referencial DI Special", remuneradas de acordo com variação do CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). Em 2017, o Fundo teve rentabilidade média de 89,2% do CDI.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa restrito circulante (a)	437.865	198.897
Títulos e valores mobiliários circulante (b)	745.877	920.758
Títulos e valores mobiliários restritos não circulante (c)	1.569.331	-

- (a) Os recursos existentes em Caixa Restrito referem-se ao saldo liberado pelo Ministério do Esporte, transferidos da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos, captados através da Lei do Incentivo ao Esporte para utilização nos projetos da Entidade (conforme nota explicativa nº 7).

- (b) A Entidade possui, substancialmente, investimento em fundo de investimento "Bradesco FIC FI Referencial DI Special", remuneradas de acordo com variação do CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). Em 2017, o Fundo teve rentabilidade média de 89,2% do CDI.
- (c) Foi aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017, a criação de uma reserva financeira que só poderá ser utilizada por aprovação do conselho fiscal ou da assembleia geral, e para finalidades específicas. A mesma poderá ser aumentada por valores que a Entidade entenda ter como sobra de disponibilidade.

5. IMOBILIZADO

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Instalações	Total
<u>Custo</u>							
Em 31 de dezembro de 2015	278.965	136.731	82.739	99.832	103.806	19.972	722.045
Adições	-	10.854	-	6.457	45.102	4.942	67.355
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	278.965	147.585	82.739	106.289	148.908	24.914	789.400
Adições	-	9.073	-	-	1.233	56.625	66.931
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	278.965	156.658	82.739	106.289	150.141	81.539	856.331
<u>Depreciação</u>							
Em 31 de dezembro de 2015	(56.875)	(30.638)	(54.079)	(51.581)	(34.940)	(11.815)	(239.928)
Adições	(11.132)	(10.119)	(16.548)	(8.701)	(15.270)	(1.093)	(62.863)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	(68.007)	(40.757)	(70.627)	(60.282)	(50.210)	(12.908)	(302.791)
Adições	(11.132)	(15.522)	(12.112)	(9.373)	(26.318)	(6.228)	(80.685)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	(79.139)	(56.279)	(82.739)	(69.655)	(76.528)	(19.136)	(383.476)
Imobilizado líquido em							
31 de dezembro de 2015	222.090	106.093	28.660	48.251	68.866	8.157	482.117
Imobilizado líquido em							
31 de dezembro de 2016	210.958	106.828	12.112	46.007	98.698	12.006	486.609
Imobilizado líquido em							
31 de dezembro de 2017	199.826	100.379	-	36.634	73.613	62.403	472.855

As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se a compra de móveis e utensílios e instalações para a sede da Maré e para o escritório da Rua Taylor.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Entidade foi doada pela ONG Viva Rio, processo este ainda sob regularização pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Não é cobrado aluguel pela ONG à Entidade. Os custos com sua manutenção e taxas são de responsabilidade da Entidade, bem como as benfeitorias efetuadas ao imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

6. PROVENTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ordenados e salários a pagar	6.944	1.394
Encargos previdenciários sobre serviços prestados (a)	2.016.000	1.327.659
Provisão de férias	2.520	51.651
Encargos sociais	96.194	109.098
Outros	63.990	21.877
	<u>2.185.648</u>	<u>1.511.679</u>

(a) A Entidade, no curso normal de suas operações, adotou, até 31 de dezembro de 2017, práticas que ensejavam risco de penalização pecuniária, decorrentes de assuntos ainda não pacificados na jurisprudência, cuja estimativa encontra-se provisionada.

7. LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Saldo ativo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos e valores mobiliários restritos	<u>775.243</u>	<u>1.203.141</u>

Saldo passivo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lei de Incentivo ao Esporte	<u>774.808</u>	<u>1.203.141</u>

Corresponde aos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério do Esporte sobre o cronograma e a divulgação das atividades. O montante deve ser aplicado em fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. O fundo aplica seus recursos em cotas de fundos de investimento que apresentem carteira composta, exclusivamente, por títulos públicos federais pré-fixados ou pós-fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Em 31 de dezembro 2017, a rentabilidade média desse fundo foi de 7,88%.

Segue abaixo a demonstração da movimentação do passivo:

Campeões Comunitários I (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro de 2015:	1.160.949
Devolução (d)	(40.000)
Liberação do crédito (c)	(623.747)
Atualização monetária (b)	62.689
Saldo em 31 de dezembro de 2016:	<u>559.891</u>
Liberação do crédito (c)	(564.422)
Atualização monetária (b)	8.132
Saldo em 31 de dezembro de 2017:	<u>3.601</u>

Atletas da Paz I (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro 2016:	643.250
Liberação do crédito (c)	(397.793)
Atualização monetária (b)	20.108
Saldo em 31 de dezembro de 2017:	<u>265.565</u>

Campeões Comunitários II (vide nota explicativa nº 1)

Saldo em 31 de dezembro 2016:	-
Doação (a)	505.642
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>505.642</u>

Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2017	<u>774.808</u>
---	----------------

A Lei de Incentivo ao Esporte permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido (Lei nº 11.438/06).

O valor total orçado para o projeto Campeões Comunitários I e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.499.283, porém o valor total captado foi de R\$1.100.185 até 31 de dezembro de 2015.

O valor total orçado para o projeto Atletas da Paz e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.693.983, porém o valor total captado foi de R\$643.250 até 31 de dezembro de 2016.

(a) O valor total orçado para o projeto Campeões Comunitários II e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$1.674.087, porém o valor total captado foi de R\$505.642 até 31 de dezembro de 2017.

A liberação dos recursos depende do sucesso do processo de captação de cada projeto, permitindo a condução do mesmo em linha com o orçamento apresentado.

- (b) Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte são automaticamente aplicados em fundo de investimento de renda fixa DI até a sua liberação, mediante aprovação do Ministério do Esporte.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$564.422 para utilização da Entidade no Projeto Campeões Comunitários I e R\$397.793 para utilização no Projeto Atletas da Paz, transferindo os valores da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos para uma Conta de Caixa Restrito.
- (d) Esta devolução se refere a valor que um patrocinador depositou em duplicidade, e por isso o valor foi devolvido para o mesmo.

8. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, concluiu que em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem processos legais cuja probabilidade de perda da Entidade seja classificada como provável ou possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada, respectivamente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Luta pela Paz em 31 de dezembro de 2017 é composto pelo montante de R\$1.041.730 (R\$2.035.497 em 31 de dezembro de 2016), e é formado pelo superávit (déficit) acumulado dos exercícios. A destinação do superávit acumulado é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Fight For Peace Internacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi recebida pela Entidade doação da Fight For Peace Internacional, no montante de R\$465.946 (R\$604.632 em 31 de dezembro de 2016), sem vínculo a projeto específico. A Fight For Peace Internacional é uma instituição fundada por Luke Dowdney, associado fundador e diretor da Entidade.

JL Oficina de Ideias e Organização de Eventos Ltda.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos honorários no montante de R\$295.397 (R\$352.394 em 31 de dezembro de 2016), relativos a prestação de serviços administrativos. A JL tem como acionista um dos diretores Entidade que recebeu por parte da JL durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 honorários no montante de R\$151.372 (R\$115.534 em 31 de dezembro de 2016).

Remuneração do pessoal-chave

A Entidade considera como pessoas chave da Administração seus diretores, sendo que apenas dois deles são remunerados, por dedicarem-se em tempo integral a Entidade. A remuneração da diretoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$458.236 (R\$373.354 em 31 de dezembro de 2016). Tais remunerações não consideram os pagamentos efetuados para a JL, acima descritos.

Todos os valores pagos pela Entidade aos seus administradores ou partes relacionadas a eles foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de junho de 2017, e rratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2018.

11. RECEITAS COM DOAÇÕES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Doações</u>		
Childfund Brasil (e)	-	436.656
Ministério do Esporte (d)	962.215	623.747
Fight For Peace Internacional (a)	465.946	604.632
IKEA (b)	332.339	331.881
Comitê Olímpico Brasileiro (f)	874.535	791.519
Comitê Olímpico Internacional (g)	864.000	-
Trafigura Foundation (h)	153.894	679.915
Laureus Sport for Good Foundation	224.285	242.494
Empower	24.450	563.980
Unesco (Criança Esperança)	236.241	208.993
Doações de pessoas físicas	10.013	154.450
Wise – Swiss Philanthropy (b)	498.000	191.400
Instituto Faz Esport	-	2.363
Brazil Foundation	-	4.194
Instituto Arredondar	68.175	11.654
Comic Relief (j)	441.200	628.325
Junclair	288.236	373.901

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Doações</u>		
Porticus (i)	517.076	-
ACG Participações	200.000	-
Fundação Repsol	38.024	-
Lloyds Brasil	5.071	-
WBHF	25.409	-
Aliança Empreendedora	15.000	-
Rede Brasil	6.500	-
Gemachado Comércio de Alimentos	800	-
Jungle Jiu-Jitsu Eireli ME	290	-
Embaixada do Reino Unido	-	177.036
Associação Internacional de Boxe	-	18.808
Stripe Brasil	5.945	2.321
Swedish Postcode	-	390.159
Beyond Sports	-	2.943
Reebok	395.306	211.202
Embaixada dos EUA	-	600
Srm Consultoria	4.601	2.000
Doare Gestão Fin.	810	6.001
Tinder	-	8.033
Homan Fenwick Wil	39.300	-
(-) Devolução de recursos (c)	(1.875)	(378.008)
Total de doações	<u>6.695.786</u>	<u>6.291.199</u>

- (a) A Fight For Peace Internacional é uma organização sem fins lucrativos ("charity"), cujo fundador e diretor, Luke Dowdney, também é fundador e diretor da Luta pela Paz. A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.
- (b) Projeto "Na Ativa": Em 01 de julho de 2016, foi estabelecido um acordo de contribuição financeira com a Ikea Foundation e a Wise Swiss Philanthropy, para o Projeto "NA ATIVA", ambos com validade até 30 de junho de 2019. O valor total desse projeto é de EUR585.415 (que representavam, em julho de 2016, R\$2.048.952). O valor de contrato da Ikea é de EUR281.000 e até 31/12/2017 foi desembolsado EUR183.211, restando EUR97.789 para os próximos exercícios.
- O valor de financiamento da Wise é de CHF320.000, tendo sido desembolsado até 31/12/2017 o montante de CHF220.000, restando CHF100.000 para os próximos exercícios.
- (c) As devoluções ocorridas durante o exercício de 31 de dezembro de 2016 referem-se basicamente a sobra de recursos atrelados aos projetos já finalizados Centro Integrado e Atletas da Paz I, referentes a Lei do Incentivo ao Esporte, devolvidos ao Ministério do Esporte.
- (d) Doação referente a Lei de Incentivo ao Esporte (vide nota explicativa nº 7).
- (e) Childfund Brasil (Projeto de Treinamento Rede Brasil): Em 16 de dezembro de 2015 foi estabelecido um contrato com a Child Fund. O objetivo é a capacitação de oito Organizações Comunitárias com a Metodologia dos Cinco pilares da Luta Pela Paz durante o período de doze meses, seguindo etapas de treinamento, consultoria remota e visitas de acompanhamento.

- (f) Comitê Olímpico Brasileiro: o Comitê Olímpico Brasileiro apoia o projeto "Campeões Comunitários". O repasse do COB à LLP do correspondente em reais ao valor líquido de US\$249.668,30 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito e trinta centavos dólares) na primeira fase e US\$270.000,00 (duzentos e setenta mil dólares) na segunda fase, correspondente ao valor total transferido pelo COI ao COB. O projeto teve início em abril de 2016 e seu término em março de 2017.

O objetivo principal do presente Termo de Cooperação é a conjugação de esforços entre o COB e a LPP para, utilizando os recursos repassados pelo Comitê Olímpico Internacional ao COB, capacitar professores quanto aos valores e princípios que regem o esporte de modo a ampliar a oferta das modalidades esportivas a seguir listadas para crianças do Complexo da Maré, promovendo assim os benefícios do esporte como ferramenta de desenvolvimento pessoal e integração social: Boxe, Taekwondo, Judô, Lutas Associadas e Capoeira.

- (g) Comitê Olímpico Internacional (COI): o valor de US\$270.000,00 corresponde à continuidade da execução do projeto "Campeões Comunitários", descrito acima (para execução em 2018), sendo feito via repasse direto à Luta pela Paz.
- (h) Trafigura Foundation apoia o Projeto "Novos Caminhos". A Trafigura estabeleceu um acordo no valor de US\$472.000 por um período de três anos, tendo seu início em 01 de julho de 2014 e término em 30 de junho de 2017 para o programa educacional "Novos Caminhos".
- (i) Porticus apoia o "Projeto Especial". Os valores recebidos neste período correspondem a execução das atividades durante o ano de 2017, conforme descrição de projeto acima.
- (j) Comic Relief apoia o projeto "Maré Unida". Os valores recebidos neste período correspondem ao segundo ano de execução das atividades, conforme descrição de projeto acima.

12. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Salários	(1.849.216)	(1.916.027)
Férias	(117.886)	(250.985)
13º salário	(129.071)	(176.519)
Encargos sociais	(691.698)	(850.932)
Despesas médicas	(203.824)	(157.001)
Outros	(178.908)	(406.228)
	<u>(3.170.603)</u>	<u>(3.757.692)</u>

13. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços de terceiros e encargos previdenciários	(2.030.552)	(1.720.502)
Ajuda de custo (alimentação e transportes - jovens)	(159.620)	(178.990)
Transporte	(82.792)	(109.887)
Lanches e refeições	(122.425)	(146.780)
Despesas com viagens	(41.425)	(107.830)
Telefone	(68.357)	(99.739)
Bolsas de estudo	(102.095)	(112.439)
Uniformes	(21.351)	(65.314)
Aluguel	(81.478)	(160.849)
Energia elétrica	(31.331)	(38.856)
Material de expediente	(42.518)	(51.553)
Despesas tributárias	(1.738)	(1.818)
Manutenção e conservação	(214.926)	(236.775)
Material de consumo	(18.818)	(22.162)
Outras despesas	(439.408)	(582.717)
Total despesas	<u>(3.458.834)</u>	<u>(3.636.211)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	141.949	282.532
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(11.225)	(12.046)
Multas e juros	(3.956)	(6.803)
IRRF	(28.312)	(70.212)
Outros	(16.466)	(21.671)
Total de despesas financeiras	<u>(59.959)</u>	<u>(110.732)</u>
Total do resultado financeiro	<u>81.990</u>	<u>171.800</u>

15. IMPOSTOS – IRPJ E CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

16. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS (ITCMD)

O Departamento Jurídico da Entidade, concluiu que o ITCMD não incide sobre as doações recebidas pela Entidade, em decorrência da Imunidade tributária estabelecida no artigo 150, inciso VI, linha "c" da Constituição Federal.

Nesse sentido, cumpre salientar que a Entidade, de acordo com o Estatuto Social (artigo 3º), é uma organização sem fins lucrativos que se destina à coletividade, especialmente às crianças e jovens, utilizando o esporte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento pessoal, fazendo jus, portanto, à Imunidade constitucional estabelecida.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outros passivos circulantes.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores justos que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Devido às características e à forma de suas operações, e considerando sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos seguintes principais fatores de risco:

- Risco de crédito

Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa (R\$48.725 em 31 de dezembro de 2017), e títulos e valores mobiliários restritos e não restritos (R\$3.090.451 em 31 de dezembro de 2017), a Entidade opera com instituições financeiras julgadas pela Administração como de “primeira linha”.

- Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

- Risco de mercado

Risco de mercado significa que alterações nas taxas de juros podem provocar alterações nas receitas e despesas da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro para a Entidade.

Os principais ativos da Entidade tratam-se de títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, restritos e não restritos, em CDI, no montante de R\$3.090.451 (R\$2.123.899 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresenta capital circulante negativo de R\$932.802. Para diminuir esse efeito em 2018, a Administração irá envidar esforços para aumentar o superávit do exercício. Deve ser ressaltado também que, em caso de necessidades financeiras, e desde que aprovado através de assembleia geral, poderá ser usada, parcial ou totalmente, a reserva financeira criada em 2017 (títulos e valores mobiliários restritos), classificada no ativo não circulante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$1.569.331.

18. COMPROMISSOS

Em abril de 2015 foi firmado novo contrato de aluguel do escritório situado na Rua Taylor, 36, Centro, Rio de Janeiro, com vigência de 48 meses. Este contrato é atualizado pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M/RJ. Após constatação de problemas estruturais no imóvel, o mesmo foi devolvido sem nenhum ônus adicional para a Entidade de acordo com o Termo de Entrega de Chaves na data de 02 de maio de 2018 firmado entre o locatário e o locador no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, será baixado do imobilizado o montante de R\$39.501 referente a benfeitorias desse imóvel.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas com arrendamentos operacionais totalizaram R\$81.028 (R\$144.833 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade possui seguros contratados para seu imóvel sede, instalações e equipamentos totalizando R\$1.470.000 de importância segurada. A seguir, as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2017:

<u>Objetos de seguro</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valor segurado</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Data de fim de vigência</u>
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	1.000.000	Bradesco	22/03/2019
	Queda de raio - estabelecimento de ensino	400.000	Bradesco	22/03/2019
	Danos elétricos	50.000	Bradesco	22/03/2019
	Vendaval/fumaça	20.000	Bradesco	22/03/2019
	Total	1.470.000		

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Isenção da contribuição previdenciária patronal (certificação CEBAS)

O Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, concedeu à Luta pela Paz, em 17 de julho de 2018, a certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Por conta dessa certificação, a entidade fará jus aos benefícios da Lei 12.101 de 2009, especialmente a contribuição patronal da seguridade social, que corresponde a 20% sobre o gasto da folha de pagamento.

Principais doações recebidas

Abaixo listamos as principais doações recebidas pela Entidade em 2018, até a presente data:

<u>Doador</u>	<u>Valor</u>	<u>Projeto</u>
Petrobras	444.918	Diversos
FFPI	717.087	Diversos
Laureus	165.313	Atletas da Paz
Julius Baer	206.884	Empregabilidade (Na Ativa)
COB/COI	206.027	Maré Unida
Reebok	250.259	Diversos
Sus (Reserve)	525.338	Diversos
Caixa Econômica	94.000	Novos Caminhos (Reforço Escolar)
HNG (UFC)	75.036	Diversos
Tom Biggart Funds	49.704	Diversos
Pessoas físicas	600	Diversos
Instituto Embraer	30.000	Diversos
Trafigura	25.499	Novos Caminhos (Reforço Escolar)
WBHF	18.579	Diversos
Arredondar	10.664	Diversos
British and Commonwealth Society	9.000	Diversos
Stripe Brasil	1.680	Diversos
Total	<u>2.830.588</u>	